



## EDITAL SEI N° 0014343572/2022 - SAP.LCT

Joinville, 19 de setembro de 2022.

### CONCORRÊNCIA N° 735/2022

#### LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E LOTES DE LIVRE DISPUTA

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Saguaiçu, Joinville/SC – CEP 89.221-005, por intermédio da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, destinada ao **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura**, a ser regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 45.013, de 17 de dezembro de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e alterações posteriores e demais normas federais, estaduais e municipais vigentes e condições a seguir:

#### 1 – DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS

1.1 – Os envelopes com a documentação para habilitação e proposta comercial deverão ser entregues até **09h** do dia **31/10/2022**, na Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, endereço acima citado.

1.2 – A abertura dos envelopes nº 01 (documentação para habilitação) será às **09h05** do dia **31/10/2022**.

#### 2 – DO OBJETO

2.1 – Esta licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura**, conforme anexo V.a do edital.

2.2 – O valor máximo admitido para a contratação é de **R\$ 102.653.014,15 (cento e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatorze reais e quinze centavos)**, conforme disposto no Anexo I deste edital.

#### 3 - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

3.1 – Conforme disposto no art. 7º, §2º, do Decreto nº 7.892/2013: "*Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil*".

#### 4 – DA DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL (anexos)

4.1 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste processo:

4.1.1 – **Anexo I** – Valor estimado/máximo.

4.1.2 – **Anexo II** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

4.1.3 – **Anexo III** - Minuta do contrato

4.1.4 – **Anexo IV** – Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 4.15 – Anexo V – Contendo:

- a) Memorial Descritivo;
- b) Planilha Orçamentária Sintética.

### 5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital, bem como o Decreto Federal nº 8.538/15, da seguinte forma:

5.1.1 - Lotes exclusivos (com valores máximos estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação na cota principal e na cota reservada;

5.1.2 - Demais Lotes, destinados à participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas neste Edital.

#### 5.2 – Não será admitida a participação de proponentes:

5.2.1 – Em consórcio;

5.2.2 – Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.2.3 – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

5.2.4 – Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

5.2.5 – Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal;

5.2.6 – Direta ou indiretamente, autores, pessoas físicas ou jurídicas, que participaram da elaboração do projeto básico ou executivo, nem empresa, isoladamente ou em conjunto, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou do qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

5.2.7 – cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

### 6 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

6.1 – Os proponentes deverão entregar, até a data, hora e local mencionados no item “1” deste edital, 2 (dois) invólucros distintos e fechados, contendo o primeiro - Nº 01 - a “**habilitação**” e o segundo - Nº 02 - a “**proposta comercial**”.

6.1.1 – Nos invólucros deverão constar:

#### INVÓLUCRO Nº 01: LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 735/2022

##### MUNICÍPIO DE JOINVILLE

**Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura.**

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

#### INVÓLUCRO Nº 02: LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 735/2022

##### MUNICÍPIO DE JOINVILLE

**Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura.**

#### PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

6.2 – Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta.

6.3 – Se no dia previsto para apresentação da documentação e sua abertura não houver expediente na Prefeitura Municipal de Joinville, a mesma será recebida e aberta no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao horário definido no subitem 1.1 do edital.

### 7 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

7.1 – Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública da Concorrência, o proponente interessado ou seu representante deverá credenciar-se e, no caso de representante, este deverá comprovar os necessários poderes para prática de todos os atos relativos ao certame.

**7.1.1** – Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante do licitante, a pessoa entregará à Comissão de Licitação, fora dos invólucros, os seguintes documentos:

a) Cópia de documento de identidade de fê pública;

b) Se representante (preposto/procurador): procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome do proponente e cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do proponente;

c) Se dirigente/proprietário: cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do proponente.

**7.1.2** – Os documentos devem ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da Unidade de Processos ou Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento do Município, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.2** – Os proponentes deverão se fazer presentes na sessão pública da Concorrência, no horário fixado no preâmbulo deste Edital para o credenciamento.

**7.3** – Tão somente a pessoa credenciada, que atenda ao subitem 7.1, poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por proponente interessado.

**7.4** – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste certame, sob pena de exclusão sumária de ambos os licitantes representados.

## **8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Invólucro nº 01**

**8.1** – Todos os documentos relacionados neste item devem ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da Unidade de Processos ou Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Joinville, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**8.1.1** - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pela Comissão de Licitação.

**8.2** – Os documentos a serem apresentados são:

a) atos constitutivos estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, ou o registro público de empresário individual e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, com a comprovação de publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das alterações, caso existam, e, no caso de sociedades simples, acompanhados de prova de diretoria em exercício;

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) prova de Cadastro de Contribuintes do ICMS (Fazenda Estadual), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, ou declaração de que não recolhe tributos estaduais, sendo, portanto isenta da Inscrição Estadual;

d) Prova de inscrição Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

f) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

g) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

h) Certificado de Regularidade do FGTS;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

j) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede do proponente;

**j.1)** Considerando a implantação do sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina, as empresas participantes sediadas neste estado deverão apresentar a referida Certidão emitida no sistema SAJ juntamente com a respectiva Certidão emitida no sistema eproc, para que tenham validade;

**j.2)** Na hipótese de outras Unidades Federativas com situação similar, as empresas participantes deverão apresentar a Certidão complementar nos mesmos termos.

k) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

k.1) **As empresas que adotam o Livro Diário**, na forma física, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social extraído do próprio Livro Diário, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou o requerimento de autenticação na Junta Comercial ou registrado no Cartório de Registro;

k.2) **As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital)** deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, extraídos do próprio sistema digital (SPED), acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo e termo de autenticação ou recibo de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16),

preferencialmente vistos em todas as páginas pelo representante legal da empresa;

k.3) O interessado poderá apresentar balanço patrimonial intermediário a fim de demonstrar alteração relevante em sua capacidade econômico-financeira em relação aos dados contidos no balanço patrimonial anterior, tais como eventos supervenientes (fusão, incorporação, cisão etc.);

k.4) O interessado terá a faculdade de apresentar parecer de empresa de auditoria, o que dispensará a Administração de outras investigações;

**k.5) O Balanço Patrimonial referente ao último exercício social será aceito somente até 30 de abril do ano subsequente.**

l) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

**OBS:** Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

**l.1)** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "l", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado global, conforme critério de julgamento do edital.

m) Certidão de Acervo técnico devidamente emitida pelo CREA ou outro Conselho Competente, comprovando que o responsável técnico do proponente, tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, sendo:

LOTE	SECRETARIA	ACERVO TÉCNICO
1	Secretaria de Educação – SED	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
2	Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
3	Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO
4	Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
5	Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
6	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
7	Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO
8	Secretaria de Habitação – SEHAB	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO)
9	Hospital Municipal São José – HMSJ	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
10	Secretaria de Administração e Planejamento – SAP	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
11	Secretaria da Saúde – SES	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO
12	Secretaria de Esportes – SESPORTE	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO, E PROJETO ELÉTRICO, E PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO), E PROJETO HIDROSSANITÁRIO

n) Atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA ou outro Conselho Competente comprovando que o proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto dessa licitação que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do(s) lote(s) cotado(s), sendo:

LOTE	SECRETARIA	UNIDADE DE	PROJETO ARQUITETÔNICO	PROJETO	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/	PROJETO	PROJETO PREVENTIVO	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
------	------------	------------	-----------------------	---------	--------------------------------------	---------	--------------------	-------------------------------

LOTE	SECRETARIA	DE MEDIDA	ARQUITETÔNICO EXECUTIVO	ELÉTRICO	PRE MOLDADO E/OU METÁLICO)	HIDROSSANITÁRIO	CONTRA INCÊNDIO	PLANALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO
1	Secretaria de Educação – SED	M <sup>2</sup>	25.156,00	25.156,00	25.156,00	25.156,00	0	0
2	Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA	M <sup>2</sup>	4.887,00	4.262,00	6.937,00	4.512,00	0	0
3	Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT	M <sup>2</sup>	0	0	0	0	900,00	0
4	Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT	M <sup>2</sup>	12.500,00	5.000,00	12.500,00	1.250,00	0	0
5	Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD	M <sup>2</sup>	2.500,00	2.500,00	7.500,00	2.500,00	0	0
6	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA	M <sup>2</sup>	10.250,00	2.750,00	2.500,00	525,00	0	0
7	Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS	M <sup>2</sup>	0	0	0	0	0	2.500,00
8	Secretaria de Habitação – SEHAB	M <sup>2</sup>	20.000,00	2.590,00	325,00	0	0	0
9	Hospital Municipal São José – HMSJ	M <sup>2</sup>	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0	0
10	Secretaria de Administração e Planejamento – SAP	M <sup>2</sup>	2.125,00	2.125,00	125,00	500,00	0	0
11	Secretaria da Saúde – SES	M <sup>2</sup>	5.000,00	15.000,00	8.750,00	5.000,00	0	0
12	Secretaria de Esportes – SESPORTE	M <sup>2</sup>	2.375,00	2.375,00	4.100,00	7.500,00	0	0

o) Certidão de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outro Conselho Competente, com indicação dos responsáveis técnicos.

p) Comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente do proponente, na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social;

q) Declaração do representante legal do proponente de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV do Edital;

**r) Comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através da apresentação da Certidão Simplificada, atualizada no máximo 30 (trinta) dias da data constante no subitem 1.1 deste edital, expedida pela Junta Comercial, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06.**

**8.3** – Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Se a validade não constar de algum documento, será considerado válido por um período de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

**8.4** – Poderão ser apresentadas Certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**8.5** – As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.5.1** – A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

## 9 – DA PROPOSTA – Invólucro nº 02

**9.1** - A proposta de preços deverá ser redigida em idioma nacional, por extenso, com preço em moeda Real, apresentada em original e preferencialmente rubricada em todas as suas páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devendo constar as seguintes informações:

**9.1.1** - Os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais após a vírgula, com a seguinte regra de arredondamento: se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 0 e 4, o segundo dígito após a vírgula não é alterado; se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 5 e 9, o segundo dígito após a vírgula é arredondado para cima.

**9.1.2** - Identificação e assinatura do representante legal do proponente e do responsável técnico;

**9.1.3** - Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail do proponente;

**9.1.4** - Indicação dos dados bancários (banco, agência e conta bancária);

**9.1.5** - Validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para o recebimento da proposta;

**9.1.6** - Declaração do representante legal do proponente de que o preço proposto compreende a todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização do serviço e sua entrega rematada e completa em todos os pormenores mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

**9.2** - Deverá constar na proposta:

**9.2.1** - Planilha Orçamentária contendo:

**a)** Orçamento detalhado: com indicação do respectivo custo unitário, percentual de BDI para o item, preço unitário (custo unitário acrescido do BDI) e o preço total do item.

**b)** Composição de custos: devendo constar a composição de **todos** os custos unitários indicados no orçamento detalhado, calculados levando-se em conta **todos** os materiais, mão de obra e encargos necessários à sua execução.

**b.1)** Inclusive nos casos em que são utilizadas composições extraídas de tabelas de referência.

**9.3** – O valor total de cada item indicado no orçamento detalhado deverá ser o produto da multiplicação do preço unitário pela respectiva quantidade.

**9.4** - A planilha orçamentária poderá ser ajustada pelo licitante declarado vencedor, desde que não haja majoração do **preço global proposto**, nas seguintes hipóteses:

**a)** Caso a planilha apresente algum item com valor unitário acima do máximo estimado no edital;

**b)** Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade;

**c)** Quando o custo unitário do item indicado na composição de custos estiver divergente do indicado na planilha orçamentária;

**d)** Quando o custo unitário não estiver acrescido do BDI, sendo vedada a alteração do percentual do BDI indicado.

**e)** Quando existir divergência entre a quantidade estabelecida no edital e a indicada na planilha orçamentária.

**9.4.1** - Deverá ser ajustada a composição de custos quando a retificação da planilha orçamentária alterar os valores unitários indicados.

**9.5** - É obrigatória a indicação do preço unitário (custo unitário + BDI).

**9.6** - O proponente classificado em primeiro lugar será notificado, após o decurso do prazo recursal, para apresentação da proposta de preços ajustada nos termos do subitem **9.4** e, caso se recuse a fazê-lo, será desclassificado.

## **10 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO**

### **10.1 – Sessão de Abertura**

**10.1.1** – Na sessão de abertura dos envelopes de habilitação e proposta, os participantes poderão se fazer representar diretamente por um preposto/procurador, conforme disposto no subitem 7.1.1 deste edital.

**10.1.2** – Durante os trabalhos só será permitida a manifestação do próprio licitante ou de seus representantes legais credenciados.

**10.1.3** – No início da Sessão de Abertura, os documentos de credenciamento retidos serão rubricados, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão de Licitação e pelos presentes à sessão.

### **10.2 – Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação**

**10.2.1** – Abertos os envelopes nº 1, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos presentes.

**10.2.2** – A Comissão de Licitação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou inabilitação dos proponentes, e dará ciência aos presentes da decisão e de sua motivação na própria sessão ou após realização de sessão reservada, através do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, informando o prazo para a interposição de recursos.

**10.2.3** – Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às condições previstas no **item 8 e subitens** deste Edital, e aqueles que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões, que a critério da Comissão de Licitação, comprometam seu conteúdo.

**10.2.4** – Ocorrendo desistência expressa de recursos por todos os representantes legais ou credenciados, a Comissão de Licitação seguirá com a abertura do **Envelope nº 02** dos proponentes **habilitados**.

**10.2.5** – Havendo recursos, sendo estes decididos ou transcorrido o prazo sem interposição dos mesmos, a Comissão de Licitação informará aos interessados o dia e hora para prosseguimento.

**10.2.6** – O conteúdo do envelope aberto será juntado aos autos do processo licitatório correspondente, sendo que o envelope nº 2 será devidamente rubricados pela Comissão de Licitação, permanecendo sob custódia da Comissão de Licitação até a abertura em outro ato público.

**10.2.7** – Os Envelopes pertencentes aos proponentes inabilitados permanecerão sob custódia da Comissão de Licitação até o final do processo licitatório, quando então ficarão disponíveis para devolução aos interessados no prazo máximo de até 10 (dez) dias, após este prazo se não forem retirados serão destruídos.

**10.2.8** – O Presidente poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta *on-line* exigidos no subitem 8.2, que não forem previamente apresentado(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

**10.2.8.1** – No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

### **10.3 – Envelope nº 2 – Proposta**

**10.3.1** – Após a fase de habilitação não será admitida desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

**10.3.2** – Abertos os envelopes nº 2, as propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos presentes.

**10.3.3** – A Comissão de Licitação examinará a proposta apresentada, decidirá sobre a classificação ou desclassificação dos proponentes, e dará ciência aos presentes da decisão e de sua motivação na própria sessão ou após realização de sessão reservada, através do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, informando o prazo para a interposição de recursos.

**10.3.4** – Serão desclassificados os proponentes que:

**10.3.4.1** - Não apresentarem a proposta de acordo com as exigências previstas no **item 9 e subitens** e após as hipóteses previstas no subitem **9.4** deste edital.

**10.3.4.2** - Apresentarem as propostas com valores unitários ou totais superiores aos estimados;

**10.3.4.3** - Com valores manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

**10.3.4.4** - Apresentarem propostas incompletas, inclusive quanto as composições de custos; contendo valores divergentes ou cálculos incompatíveis;

**10.3.4.5** - Não apresentarem a proposta com a devida assinatura do representante legal do proponente e do responsável técnico, conforme subitem **9.1.2** deste edital.

**10.3.5** – Abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas providências posteriores ou prorrogações em relação às exigências e formalidades previstas neste edital, ressalvadas as hipóteses previstas no subitem 9.4 deste edital.

**10.3.6** – Após a análise das propostas apresentadas a Comissão de Licitação declarará vencedor o proponente que, tendo atendido a todas as exigências do edital, apresentou o **menor preço por lote**.

**10.3.7** – Classificadas as propostas, a Comissão de Licitação verificará se existem propostas apresentadas por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso em que, não sendo destas a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

a) Havendo empate ficto, ou seja, se a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte for até 10% (dez por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado do encerramento da sessão de abertura das propostas ou publicação da classificação das propostas, quando esta não se realizar na própria sessão.

b) Tal medida poderá ser dispensada em caso de renúncia expressa manifestada pela microempresa ou empresa de pequeno porte favorecida pelo empate ficto.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa e pequeno porte que se encontrem no intervalo de empate ficto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Não ocorrendo à contratação na forma da alínea “a”, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

e) Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**10.3.8** – Caso haja empate entre concorrentes, o desempate será feito mediante sorteio em ato público.

**10.3.9** – Havendo recursos, sendo estes decididos ou transcorrido o prazo sem interposição dos mesmos, ou ocorrendo desistência expressa de recursos por todos os representantes legais ou credenciados, o objeto será adjudicado e o certame homologado, sendo a respectiva homologação encaminhada ao Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

**10.4** – Quando todos os proponentes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a

Administração poderá fixar aos proponentes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou propostas, de acordo com o previsto no art. 48, inciso II, §3º, da Lei nº 8.666/93.

**10.5** – Em qualquer fase da licitação, é direito da Comissão de Licitação realizar diligências visando esclarecer o processo e realizar tantas reuniões públicas quantas forem necessárias.

**10.6** – É facultado à Comissão de Licitação diante do grande volume de documentos ou propostas a serem analisados e julgados, suspender a sessão.

**10.7** – A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade dos documentos de habilitação, a juízo da Comissão de Licitação, não implicará na inabilitação do proponente.

## **11 – DO REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1** – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

**11.2** – A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

**11.3** – Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

**11.4** – Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

**11.5** – O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria de Administração e Planejamento, através da Unidade de Suprimentos.

**11.6** – A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

**11.7 – Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

**11.7.1** – O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

**11.7.2** – É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

**11.8** – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

## **12 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** – Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

**12.2** – No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Joinville convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

## **13 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

## **14 – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1** – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**14.2** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.3** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante



requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.4** – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

**14.5** – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa

## **15 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

**15.2** – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**15.3** – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## **16 – DA CONTRATAÇÃO**

**16.1** – A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**16.2** – Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

**16.2.1** – Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

**16.2.2** – O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará a *link* para acesso.

**16.2.3** – É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

**16.3** – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**16.4** – Na oportunidade de assinatura eletrônica do contrato o proponente deverá apresentar:

**16.4.1** - Certidões negativas de débitos atualizadas junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente e **FGTS**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**16.4.2** – Composição de BDI, que deverá representar o mesmo percentual total indicado na proposta comercial.

**16.4.2.1** - Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

**16.4.2.2** - Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto nº 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

**16.4.2.3** - As alíquotas de tributos apresentadas pelo proponente na composição do BDI devem observar a legislação tributária vigente (Acórdão 2.622/2013, TCU).

**16.4.2.4** - Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto 7.983/2013.

**16.4.3** – No caso da empresa vencedora não ser sediada no Estado de Santa Catarina, deverá apresentar

Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho competente, vistado pelo CREA/SC ou outro Conselho Competente correspondente à região de Joinville, com indicação dos responsáveis técnicos.

**16.4.4** – Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

## **17 – DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

**17.1** – A assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, serão realizadas eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica externa, de acordo com Instrução Normativa nº 006/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 27.082/2016.

**17.1.1** - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar a solicitação de usuário externo certificado para assinatura eletrônica de acordo com o que estabelece o "Manual do Usuário Externo" disponível nos seguintes links: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/cadastrar-usuario-em-autoservico> e <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/certificar-usuario-para-autoservico>

**17.2** – **Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para fins de efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 27.082/2016, sob pena de decair do direito de assinar o(a) Ata de Registro de Preços/Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.**

**17.2.1** – **É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a solicitação da criação da assinatura eletrônica.**

**17.3** – A criação e a redefinição da assinatura eletrônica dependem da solicitação de assinatura eletrônica com o envio do Termo de Responsabilidade devidamente assinado e com o envio de documento com foto e assinatura do requerente.

**17.3.1** – Serão aceitos como documentos de identidade para fins de assinatura eletrônica externa: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

**17.3.2** – Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

**17.3.3** – O termo de responsabilidade terá sua assinatura comparada com o documento apresentado.

**17.4** – O servidor público autorizado procederá com a avaliação da documentação recebida e realizará a concessão de acesso ao usuário externo.

**17.5** – A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível e sua divulgação é vedada sob qualquer hipótese.

**17.6** – O usuário é o responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura eletrônica, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Decreto nº 21.863, de 30 de janeiro de 2014.

## **18 – DOS PRAZOS**

**18.1** – A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à execução dos serviços, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

**18.2** - A execução dos serviços deverá ser iniciada após emissão da ordem de serviço eletrônica, atendendo os prazos e condições estabelecidas no Anexo V.a - Memorial Descritivo do edital.

**18.3** – A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do art. 63 da Instrução Normativa 02 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo DECRETO Nº 35.981, de 17 de outubro de 2019.

**18.4** - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

## **19 – DA GESTÃO DO CONTRATO**

**19.1** – A gestão do termo contratual será realizada pelas Secretarias abaixo relacionadas, sendo as mesmas responsáveis pela emissão da Ordem de Serviço, fiscalização da execução e controle do contrato, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93:

1. Secretaria de Educação – SED;
2. Secretaria de Esportes – SESPORTE;

3. Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT;
4. Secretaria de Administração e Planejamento – SAP;
5. Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS;
6. Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA;
7. Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT;
8. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD;
9. Hospital Municipal São José – HMSJ;
10. Secretaria da Saúde – SES, gestora do Fundo Municipal de Saúde (FMS);
11. Secretaria de Habitação – SEHAB, gestora do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento (FMTHPS);
12. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA.

#### **19.2.1 Serão ordenadores das despesas:**

1. Secretaria de Educação – SED;
2. Secretaria de Esportes – SESPORTE;
3. Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT;
4. Secretaria de Administração e Planejamento – SAP;
5. Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS;
6. Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA;
7. Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT;
8. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD;
9. Hospital Municipal São José – HMSJ;
10. Fundo Municipal de Saúde - FMS;
11. Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - FMTHPS;
12. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA.

## **20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**20.1** - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**20.1.1** – O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento dos serviços resultantes de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

**20.2** - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**20.3** - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**20.4** - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

**20.5** - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

## **21 – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

**21.1** – Recebimento Provisório: quando o serviço ficar inteiramente concluído e de perfeito acordo com os elementos técnicos e demais detalhes, bem como satisfeitas todas as exigências e repartições competentes e companhias concessionárias, será lavrado em até 15 (quinze) dias o “Termo de Recebimento Provisório”, passado em 03 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

**21.2** – Recebimento Definitivo: o “Termo de Recebimento Definitivo” do serviço será lavrado até 90 (noventa) dias após o “Recebimento Provisório”, desde que atendidas todas as reclamações do **CONTRATANTE** referentes aos defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos constitutivos da obra executada. Este “Termo de Recebimento Definitivo”, passado em 03 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

## **22 – DAS PENALIDADES**

**22.1** – As penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

**I – advertência;**

**II – multa**, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

**a)** Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

**a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

**a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

**a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

**b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro parte integrante da proposta contratada, até o limite de 15 % (quinze por cento);**

**c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:**

**c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

**c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

**c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

**d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.**

**III – suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**IV – declaração de inidoneidade** quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do **CONTRATANTE**. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado do Secretário Municipal de Administração e Planejamento, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

**22.2 –** O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 15% (quinze por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

**22.3 –** As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

**22.4 –** Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

**22.5 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

**22.6 –** Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **23 – DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA RECURSOS**

**23.1 –** Os recursos deverão:

**23.1.1 –** Obedecer ao disposto no art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

**23.1.2 –** Ser encaminhados ao Secretário de Administração e Planejamento;

**23.1.3 –** Estar acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

**23.1.4 –** Ser protocolados no protocolo eletrônico da Secretaria de Administração e Planejamento – Unidade de Processos, situado à Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Saguçu, Joinville/SC – CEP 89.221-005, no horário das 8h às 17h.

**23.2 –** Serão inadmitidos impugnações e recursos enviados via fax e e-mail.

**23.3 –** Não serão conhecidas impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

## **24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1 –** O presente edital e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

**24.2 –** Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais legislações em vigor.

**24.3 –** Todas as publicações como alterações ou prorrogações do edital, resumo de atas de julgamento etc., serão publicadas na forma da Lei.

**24.4 –** Fica o proponente ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará na aceitação das condições estabelecidas neste edital.

**24.5 –** Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e, qualquer proponente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, impugnar o Edital, conforme previsto no art. 41 da Lei 8.666/93, e observados as formalidades constantes nos itens 23.1.2 à 23.2.

**24.6 –** Os pedidos de informações, pedidos de vistas e esclarecimentos que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do presente Edital deverão ser protocolados no protocolo eletrônico da Secretaria de Administração e Planejamento – Unidade de Processos, situado à Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Saguçu, Joinville/SC – CEP 89.221-005, ou encaminhados pelo e-mail [sap.upr@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upr@joinville.sc.gov.br), no horário das 8h às 17h, conforme Decreto nº 13.011/2006.

24.7 – Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente edital ficarão disponíveis para todos os interessados no endereço eletrônico [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br), link "Portal de Licitações", no respectivo edital.

24.8 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9 – A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços de: levantamento planialtimétrico, com exceção do Lote 7; Sondagem de Solo; Engenheiro Mecânico; Design Gráfico; Publicidade; Comunicação, não excedendo o percentual de 30% dos serviços, conforme item 10.6 do Memorial Descritivo - Anexo V.a, quando necessário, com prévia autorização do **CONTRATANTE**

24.9.1 – A responsabilidade pela perfeita execução do contrato é da **CONTRATADA**.

24.9.2 – A **CONTRATADA** deverá comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e condições de habilitação técnica específicas para a execução da parcela do serviço da subcontratada.

24.10 – O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

24.11 – A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.12 – O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre valor inicial do contratado corrigido, que se fizerem necessários, por conveniência do **CONTRATANTE**, dentro do limite permitido pelo art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

24.13 – Cópia deste Edital e seu(s) Anexo(s) poderão ser retirados na Unidade de Processos, Avenida Hermann August Lepper nº 10, Saguapu, Joinville/SC – CEP 89.221-005, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08h às 17h ou pelo *site* [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br), link "Portal de Licitações".

24.14 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem assinadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

24.15 – **Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas no endereço eletrônico [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br), sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.**

24.16 - Conforme previsto no art. 1º, do Decreto Municipal nº 13.011, de 29 de junho de 2006, o horário de expediente das repartições públicas municipais é das 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira.

#### ANEXO I

#### VALOR ESTIMADO / MÁXIMO

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	143.750	2,20	316.250,00
1	2	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	Metro	5.000	150,93	754.650,00
1	3	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	23,05	2.319.406,25
1	4	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	5,53	556.456,25
1	5	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	2,80	281.750,00
		PROJETO DE DRENAGEM DE				

1	6	ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	7,20	724.500,00
1	7	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	10,17	1.023.356,25
1	8	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	92.000	8,88	816.960,00
1	9	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	2,37	238.481,25
1	10	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	10,77	1.083.731,25
1	11	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	6,41	645.006,25
1	12	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	20,17	2.029.606,25
1	13	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	9,88	994.175,00
1	14	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SED - Lote 1	M2	100.625	11,55	1.162.218,75
1	15	REDE DE GÁS GLP Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo. SED - Lote 1	M2	5.175	5,03	26.030,25
1	16	Projeto de Comunicação Visual Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo. SED - Lote 1	M2	100.625	5,65	568.531,25
<b>1</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>13.541.109,00</b>
2	17	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	457.000	2,20	1.005.400,00
2	18	MAQUETE DIGITAL 3D Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	11.000	2,73	30.030,00
2	19	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	Metro	3.850	150,93	581.080,50
2	20	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	19.550	23,05	450.627,50
2	21	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	20.550	5,53	113.641,50
2	22	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	15.550	2,80	43.540,00
2	23	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	1.081.050	7,20	7.783.560,00
		PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme				

2	24	Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	18.550	10,17	188.653,50
2	25	PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	1.500	1,21	1.815,00
2	26	PROJETO DE GASES MEDICINAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	1.500	6,15	9.225,00
2	27	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	68.700	8,88	610.056,00
2	28	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	12.000	21,20	254.400,00
2	29	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	476.500	2,37	1.129.305,00
2	30	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	2.050	10,77	22.078,50
2	31	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	17.050	6,41	109.290,50
2	32	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	27.750	20,17	559.717,50
2	33	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	18.050	9,88	178.334,00
2	34	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEINFRA - Lote 2	M2	19.550	11,55	225.802,50
<b>2</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>13.296.557,00</b>
3	35	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPROT - Lote 3 - <b>LOTE EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP</b>	M2	3.200	5,53	17.696,00
3	36	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPROT - Lote 3 - <b>LOTE EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP</b>	M2	3.600	11,55	41.580,00
<b>3</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>59.276,00</b>
4	37	LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	2,20	55.000,00
4	38	MAQUETE DIGITAL 3D Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	2,73	68.250,00
4	39	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	Metro	15.000	150,93	2.263.950,00
4	40	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo	M2	50.000	23,05	1.152.500,00

SECULT - Lote 4						
4	41	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	5,53	138.250,00
4	42	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	2,80	70.000,00
4	43	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	20.000	7,20	144.000,00
4	44	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	10,17	254.250,00
4	45	PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	3.000	1,21	3.630,00
4	46	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	15.000	8,88	133.200,00
4	47	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	15.000	21,20	318.000,00
4	48	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	25.000	2,37	59.250,00
4	49	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	5.000	10,77	53.850,00
4	50	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	20.000	6,41	128.200,00
4	51	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	50.000	20,17	1.008.500,00
4	52	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	5.000	9,88	49.400,00
4	53	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SECULT - Lote 4	M2	50.000	11,55	577.500,00
<b>4</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>6.477.730,00</b>
5	54	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	300.000	2,20	660.000,00
5	55	MAQUETE DIGITAL 3D Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	100.000	2,73	273.000,00
5	56	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	Metro	2.000	150,93	301.860,00
5	57	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	23,05	230.500,00
		PROJETO DE CABEAMENTO				



5	58	ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	5,53	55.300,00
5	59	27993 - PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	5.000	2,80	14.000,00
5	60	27994 - PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	1.500.000	7,20	10.800.000,00
5	61	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	10,17	101.700,00
5	62	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	700.000	8,88	6.216.000,00
5	63	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	1.500.000	2,37	3.555.000,00
5	64	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	6,41	64.100,00
5	65	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	30.000	20,17	605.100,00
5	66	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	9,88	98.800,00
5	67	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEPUD - Lote 5	M2	10.000	11,55	115.500,00
5	68	Projeto de Comunicação Visual Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo. SEPUD - Lote 5	M2	250	5,65	1.412,50
5	69	Projeto Urbanístico Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo. SEPUD - Lote 5	M2	1.500.000	14,76	22.140.000,00
<b>5</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>45.232.272,50</b>
6	70	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	1.003.335	2,20	2.207.337,00
6	71	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	Metro	10.000	150,93	1.509.300,00
6	72	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	41.000	23,05	945.050,00
6	73	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	2.000	5,53	11.060,00
6	74	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	1.500	2,80	4.200,00
6	75	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	402.335	7,20	2.896.812,00

6	76	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	10.000	10,17	101.700,00
6	77	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	10.000	8,88	88.800,00
6	78	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	398.335	2,37	944.053,95
6	79	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	2.030	10,77	21.863,10
6	80	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	11.000	6,41	70.510,00
6	81	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	10.000	20,17	201.700,00
6	82	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	2.100	9,88	20.748,00
6	83	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAMA - Lote 6	M2	2.000	11,55	23.100,00
<b>6</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>9.046.234,05</b>
7	84	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo DETRANS - Lote 7 - <b>LOTE EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP</b>	M2	10.000	2,20	22.000,00
<b>7</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>22.000,00</b>
8	85	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	288.400	2,20	634.480,00
8	86	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	Metro	200	150,93	30.186,00
8	87	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	80.000	23,05	1.844.000,00
8	88	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.200	5,53	6.636,00
8	89	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.200	2,80	3.360,00
8	90	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.200	7,20	8.640,00
8	91	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.300	10,17	13.221,00
8	92	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência /	M2	28.200	2,37	66.834,00

		Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8				
8	93	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.200	10,77	12.924,00
8	94	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	10.360	6,41	66.407,60
8	95	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.300	20,17	26.221,00
8	96	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SEHAB - Lote 8	M2	1.200	11,55	13.860,00
8	97	Projeto Urbanístico para Regularização Fundiária Urbana Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo. SEHAB - Lote 8	M2	288.400	15,07	4.346.188,00
<b>8</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>7.072.957,60</b>
9	98	LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	5.000	2,20	11.000,00
9	99	MAQUETE DIGITAL 3D Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	2,73	54.600,00
9	100	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	Metro	500	150,93	75.465,00
9	101	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	23,05	461.000,00
9	102	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	5,53	110.600,00
9	103	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	2,80	56.000,00
9	104	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	5.000	7,20	36.000,00
9	105	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	5.000	10,17	50.850,00
9	106	PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	500	1,21	605,00
9	107	PROJETO DE GASES MEDICINAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	6,15	123.000,00
9	108	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	500	8,88	4.440,00
9	109	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	10.000	21,20	212.000,00

9	110	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	500	2,37	1.185,00
9	111	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	5.000	10,77	53.850,00
9	112	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	6,41	128.200,00
9	113	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	20,17	403.400,00
9	114	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	20.000	9,88	197.600,00
9	115	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo HMSJ - Lote 9	M2	30.000	11,55	346.500,00
<b>9</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>2.326.295,00</b>
10	116	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	8.500	23,05	195.925,00
10	117	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	8.500	5,53	47.005,00
10	118	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	8.500	2,80	23.800,00
10	119	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	500	8,88	4.440,00
10	120	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	500	21,20	10.600,00
10	121	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	8.500	6,41	54.485,00
10	122	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	500	20,17	10.085,00
10	123	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	2.000	9,88	19.760,00
10	124	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SAP - Lote 10	M2	8.500	11,55	98.175,00
<b>10</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>464.275,00</b>
11	125	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	60.000	2,20	132.000,00
11	126	MAQUETE DIGITAL 3D Conforme Termo de Referência / Memorial	M2	20.000	2,73	54.600,00

		Descritivo SES - Lote 11				
11	127	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	Metro	1.500	150,93	226.395,00
11	128	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	23,05	461.000,00
11	129	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	5,53	110.600,00
11	130	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	2,80	56.000,00
11	131	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	40.000	7,20	288.000,00
11	132	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	10,17	203.400,00
11	133	PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	2.000	1,21	2.420,00
11	134	PROJETO DE GASES MEDICINAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	5.000	6,15	30.750,00
11	135	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	8,88	177.600,00
11	136	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	5.000	21,20	106.000,00
11	137	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	40.000	2,37	94.800,00
11	138	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	5.000	10,77	53.850,00
11	139	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	60.000	6,41	384.600,00
11	140	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	35.000	20,17	705.950,00
11	141	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	9,88	197.600,00
11	142	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SES - Lote 11	M2	20.000	11,55	231.000,00
<b>11</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>3.516.565,00</b>
12	143	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	18.000	2,20	39.600,00
		MAQUETE DIGITAL 3D Conforme				

12	144	Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	2,73	25.935,00
12	145	SONDAGEM EM SOLO - TIPO SPT Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	Metro	200	150,93	30.186,00
12	146	PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	23,05	218.975,00
12	147	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO / TELEFONIA / SEGURANÇA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	5,53	52.535,00
12	148	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	4.000	2,80	11.200,00
12	149	PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	7,20	68.400,00
12	150	PROJETO DE FUNDAÇÃO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	3.000	10,17	30.510,00
12	151	PROJETO DE PAISAGISMO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	800	8,88	7.104,00
12	152	PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	6.500	21,20	137.800,00
12	153	PROJETO DE TERRAPLENAGEM Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	5.000	2,37	11.850,00
12	154	PROJETO DE TRATAMENTO DE ESGOTO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	10,77	102.315,00
12	155	PROJETO ELÉTRICO / SISTEMA DE ALARME / SPDA Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	9.500	6,41	60.895,00
12	156	PROJETO ESTRUTURAL (CONCRETO ARMADO/ PRE MOLDADO E/OU METÁLICO) Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	16.400	20,17	330.788,00
12	157	PROJETO HIDROSSANITÁRIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	30.000	9,88	296.400,00
12	158	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO Conforme Termo de Referência / Memorial Descritivo SESPORTE - Lote 12	M2	15.000	11,55	173.250,00
<b>12</b>	<b>Valor total do lote</b>					<b>1.597.743,00</b>
<b>Total Geral</b>						<b>102.653.014,15</b>

**ANEXO II**

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada **ÓRGÃO PROMOTOR**, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº 14.040, de 18 de dezembro de 2007, e das demais normas legais aplicáveis, neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Sílvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento da **Concorrência nº 735/2022**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual **Contratação de Empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura** nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxx

CNPJ: xxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxx Estado: xxxxxxxx

CEP: xxxxxxxx

Telefone: (xx) xxxxxx-xxxx

E-mail:

Representante Legal: xxxxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** - A presente ata tem por objeto o registro de preços para a contratação dos serviços, quando requerido, conforme abaixo:

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

**2.1** – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação.

**2.2** – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **Município de Joinville não será obrigado a contratar o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZO

**3.1** – A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à prestação dos serviços, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

**3.2** - A execução dos serviços deverá ser iniciada após emissão da ordem de serviço eletrônica, atendendo os prazos e condições estabelecidas no Anexo V.a - Memorial Descritivo do edital.

**3.3** – A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do art. 63 da Instrução Normativa 02 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 35.981, de 17 de outubro de 2019.

**3.4** - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

**4.1** – A contratação do(s) licitante(s) vencedor(es) da presente Concorrência será representada pela expedição do Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do objeto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução do objeto;

#### **4.2 – Convocação para assinatura do contrato:**

**4.2.1** – Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

**4.2.2** – O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

**4.2.3** – É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para

assinatura no seu ambiente virtual.

**4.3** – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**4.4** – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual, a proponente vencedora obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

**4.5** – Na oportunidade de assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

**4.5.1** – Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**4.5.2** – Composição de BDI, que deverá representar o mesmo percentual total indicado na proposta comercial.

**4.5.2.1** - Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

**4.5.2.2** - Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto nº 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

**4.5.2.3** - As alíquotas de tributos apresentadas pelo proponente na composição do BDI devem observar a legislação tributária vigente (Acórdão 2.622/2013, TCU).

**4.5.2.4** - Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto 7.983/2013.

**4.5.3** – No caso da empresa vencedora não ser sediada no Estado de Santa Catarina, deverá apresentar Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho competente, vistado pelo CREA/SC ou outro Conselho Competente correspondente à região de Joinville, com indicação dos responsáveis técnicos.

**4.5.4** – Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

**5.1** - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**5.1.1** - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**5.2** - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**5.3** - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**5.4** - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

**5.5** - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**6.1** – A prestação do serviços só estará caracterizada mediante emissão de Termo de Contrato dos serviços contratados.

**6.2** – O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação dos serviços deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**6.3** – Os serviços deverão ser prestados acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.



## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 – As penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

**I – advertência;**

**II – multa**, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

**a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

**a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

**a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

**b) 0,2% (zero vírgula dois por cento)** do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do prazo estabelecido no Memorial Descritivo, até o limite de 15 % (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

**c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

**c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

**c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

**d) De até 10% (dez por cento)** em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

**III – suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**IV – declaração de inidoneidade** quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do Município. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado do Secretário Municipal de Administração e Planejamento, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

7.2 – O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 15% (quinze por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

7.3 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

7.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

7.6 – Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

**8.1** – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**8.2** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**8.3** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**8.4** – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

**8.5** – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

**9.2** – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**9.3** – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**9.4** – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO**

**10.1** – A execução dos serviços, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Unidade de Suprimentos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

### **ANEXO III**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

#### **TERMO DE CONTRATO Nº ---/20XX**

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE** – Secretaria xxxxx, inscrito no CNPJ. nº xxxx, ora em diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de xxxxxx, Sr. xxxxxx e a empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade de **Concorrência nº 735/2022**, pelo qual se obriga a prestar os serviços objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 27.082, de 28 de junho de 2016 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas federais, estaduais e municipais vigentes e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

**1.1** – Este contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de engenharia e arquitetura**, conforme anexo V do edital e abaixo relacionado:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

**2.1** – A execução do presente contrato será pelo regime de **execução indireta de empreitada por preço unitário**.

**2.2** – A gestão do termo contratual será realizada pelas Secretarias abaixo relacionadas, sendo as mesmas responsáveis pela emissão da Ordem de Serviço, fiscalização da execução e controle do contrato, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93:

1. Secretaria de Educação – SED;

2. Secretaria de Esportes – SESPORTE;
3. Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT;
4. Secretaria de Administração e Planejamento – SAP;
5. Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS;
6. Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA;
7. Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT;
8. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD;
9. Hospital Municipal São José – HMSJ;
10. Secretaria da Saúde – SES, gestora do Fundo Municipal de Saúde (FMS);
11. Secretaria de Habitação – SEHAB, gestora do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento (FMTHPS);
12. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA.

#### **2.2.1 Serão ordenadores das despesas:**

1. Secretaria de Educação – SED;
2. Secretaria de Esportes – SESPORTE;
3. Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT;
4. Secretaria de Administração e Planejamento – SAP;
5. Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS;
6. Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA;
7. Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública – SEPROT;
8. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD;
9. Hospital Municipal São José – HMSJ;
10. Fundo Municipal de Saúde - FMS;
11. Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - FMTHPS;
12. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA.

2.3 – Este contrato fica vinculado ao edital de **Concorrência nº 735/2022** e à proposta da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 – O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,xx (xxxxxx).

#### **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS**

5.1 – O prazo de vigência contratual será de 32 (trinta e dois) meses, a partir da data da assinatura do contrato.

5.2 - A execução dos serviços deverá ser iniciada após emissão da ordem de serviço eletrônica, atendendo os prazos e condições estabelecidas no Anexo V.a - Memorial Descritivo do edital.

5.3 – A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do art. 63 da Instrução Normativa 02 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo DECRETO Nº 35.981, de 17 de outubro de 2019.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS**

6.1 – As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas por meio da seguinte dotação orçamentária:

### **CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 7.1 – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.
- 7.2 – Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.
- 7.3 – Exigir a qualquer tempo, substituição de componentes da equipe técnica e demais colaboradores da **CONTRATADA**, com o escopo de tutelar o interesse público.
- 7.4 – Intervir na execução do serviço nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.
- 7.5 – Nomear comissão ou designar servidor para promover a fiscalização nos termos do prescrito no artigo 67, da Lei nº 8.666/93.
- 7.6 – Expedir determinações ao contratado para que corrija eventuais defeitos e problemas constatados, bem como os atrasos no cronograma de execução.
- 7.7 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela **CONTRATADA**.
- 7.8 – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato.
- 7.9 – Conferir, vistoriar e aprovar os serviços entregues pela **CONTRATADA**.
- 7.10 – Atender a todas as condições contidas neste termo contratual e no **Anexo V.a - Memorial Descritivo**.

### **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 8.1 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 8.2 – Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato, do edital e demais documentos técnicos fornecidos.
- 8.3 – Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.
- 8.4 – Deverá proceder às correções que se tomarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do **CONTRATANTE**.
- 8.5 – **Executar o serviço de acordo com o estabelecido no anexo V.a do edital.**
- 8.6 – Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.
- 8.7 – Contratar o pessoal, fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 3.214 e anexos aplicando a legislação em vigor referente à segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 8.8 – Dispor de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- 8.8 – Responder por todas as despesas decorrente dos serviços que envolvam quaisquer prestadores de serviços públicos, que porventura sejam necessários à execução dos serviços
- 8.9 – Cumprir toda e qualquer obrigação disposta nas especificações técnicas do presente contrato e no **anexo V.a do edital**.
- 8.10 – Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração.
- 8.11 – A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71, da Lei nº 8.666/93.
- 8.12 – A **CONTRATADA** deve manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.
- 8.14 – Providenciar o cadastro específico do INSS na forma da legislação de regência, quando for o caso.
- 8.15 - A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços de: levantamento planialtimétrico, com exceção do Lote 7; Sondagem de Solo; Engenheiro Mecânico; Design Gráfico; Publicidade; Comunicação, não excedendo o percentual de 30% dos serviços, conforme item 10.6 do Memorial Descritivo - Anexo V.a, quando necessário, com prévia autorização do **CONTRATANTE**.
- 8.15.1 – A responsabilidade pela perfeita execução do contrato é da **CONTRATADA**.
- 8.15.2 – A **CONTRATADA** deverá comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e condições de habilitação técnica específicas para a execução da parcela da obra da subcontratada.
- 8.16 – A Contratada, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

### **CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

9.1 – As penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

**I – advertência;**

**II – multa**, que será deduzida dos respectivos créditos ou garantia, podendo ainda ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) **15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

a.2) **10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

a.3) **5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

b) **0,2% (zero vírgula dois por cento)** do valor da proposta por dia de atraso no cumprimento do memorial descritivo parte integrante da proposta contratada, até o limite de 15 % (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) **15% (quinze por cento) para os itens com valores até R\$ 50.000,00;**

c.2) **10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00;**

c.3) **5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 200.000,01;**

d) De até **10% (dez por cento)** em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

**III – suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**IV – declaração de inidoneidade** quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do **CONTRATANTE**. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado do Secretário Municipal de Administração e Planejamento, assegurando a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

9.2 – O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 15% (quinze por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

9.3 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

9.4 – Nas penalidades previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

9.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

9.6 – Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

10.1 – A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

b) mediante inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona;

c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

d) em razão dos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

10.3 - A rescisão do contrato de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará nas consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.4 - Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10.5 – Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão importará em suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade, na forma dos incisos III e IV, do item 9.1.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**11.1** - Recebimento Provisório: quando os serviços ficarem inteiramente concluídos e de perfeito acordo com os elementos técnicos e demais detalhes, bem como satisfeitas todas as exigências e repartições competentes e companhias concessionárias, será lavrado em até 15 (quinze) dias o “Termo de Recebimento Provisório”, passado em 03 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

**11.2** - Recebimento Definitivo: o “Termo de Recebimento Definitivo” dos serviços será lavrado até 90 (noventa) dias após o “Termo de Recebimento Provisório”, desde que atendidas todas as reclamações do **CONTRATANTE** referentes aos defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos constitutivos dos serviços executados. Este “Termo de Recebimento Definitivo”, passado em 03 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**12.1** – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 8.666/93;
- b) Código de Defesa do Consumidor;
- c) Código Civil;
- d) Código Penal;
- e) Código Processo Civil;
- f) Código Processo Penal;
- g) Legislação Trabalhista e Previdenciária;
- h) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- i) Demais normas aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1** – Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

**13.2** - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE**.

### **ANEXO IV**

#### **DECLARAÇÃO**

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

### **ANEXO V**

**Documento Proveniente do Processo SEI nº 22.0.144082-9:**

- a) Memorial Descritivo, documento SEI nº 0013893509;

b) Planilha Orçamentária Sintética:

- b.1) SED, documento SEI nº 0013893214;
- b.2) SES, documento SEI nº 0013893238;
- b.3) SAP, documento SEI nº 0013893258;
- b.4) SAMA, documento SEI nº 0013893267;
- b.5) SECULT, documento SEI nº 0013893278;
- b.6) SESPORTE, documento SEI nº 0013893290;
- b.7) HABITAÇÃO, documento SEI nº 0013893328;
- b.8) SEINFRA, documento SEI nº 0013893341;
- b.9) SEPUD, documento SEI nº 0013893353;
- b.10) SEPROT, documento SEI nº 0013893366;
- b.11) DETRANS, documento SEI nº 0013893375;
- b.12) HMSJ, documento SEI nº 0013893388.

### Justificativa para exigência de índices financeiros

A Secretaria de Administração e Planejamento vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de **Concorrência nº 735/2022**.

Item 8 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, subitem 8.2 – Demonstrativos dos Índices, alínea “F”: serão habilitadas apenas as empresas que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez Geral > 1,00

Solvência Geral > 1,00

Liquidez Corrente > 1,00

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no subitem 8.2 “F” do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O **índice de Liquidez Geral** indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O **índice de Solvência Geral** indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O **índice de Liquidez Corrente** identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, SG e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 31, da Lei 8.666/93 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 20/09/2022, às 16:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 20/09/2022, às 16:45, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0014343572** e o código CRC **A1A6059F**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)